

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.734.167 - RS (2018/0080150-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : ALISSON DOS SANTOS CAPPELLARI E OUTRO(S) - RS046946**  
**RECORRIDO : SILVANO CANISIO LANGER**  
**ADVOGADO : CARLOS AFONSO BECKER E OUTRO(S) - RS069061**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL SA em face de acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 330):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CÉDULAS DE CRÉDITO RURAL. IMPUGNAÇÃO DO BANCO DO BRASIL. LIQUIDAÇÃO DO TÍTULO JUDICIAL. PARCELA COM VENCIMENTO ANTERIOR A MARÇO DE 1990. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DA CÉDULA. ÍNDICE UTILIZADO.

1. Tendo o juízo originário aferido que o valor correto do processo executivo pode ser alcançado por simples cálculo aritmético e não tendo sido demonstrada a efetiva necessidade de liquidação do título judicial e de realização de prova pericial, não há razão para alterar o decidido.
2. Desde que apresentada a cédula rural ou outro documento que comprove o financiamento agrícola na época pertinente, deve ser dado prosseguimento ao feito executivo, independentemente de apresentação pelo exequente de outros documentos.
3. Nas parcelas pagas antes de março de 1990, não houve a incidência do índice de correção monetária reconhecido como indevido pelo título executivo (IPC de março de 1990). Assim, com relação às parcelas com vencimento em data anterior a março de 1990, a simples apresentação da cédula rural não é documento suficiente para a execução, devendo ser presumido que o pagamento do financiamento ocorreu nas condições contratadas. Inexistindo título executivo quanto às parcelas pagas antes de março de 2009, tais valores não podem ser incluídos no cálculo exequendo.
4. O título formando na ACP n. 0008465-28.1994.4.04.3400, a partir do julgado no REsp nº 1.319.232, não abrange cédulas de crédito que não tenham previsto a cláusula de atualização monetária de modo a indexar aos índices aplicáveis à caderneta de poupança.
5. Agravo de instrumento parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (fls. 393/394).

Nas razões do apelo (fls. 401/417), a parte insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 319, inciso IV, 320, 373, inciso I, 502, 503, 506, 507, 508, 509, inciso II, 1.022 e 1.025 do Código de Processo Civil e 6º, inciso VII, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustenta, em síntese:

a) para terem direito à correção do saldo de cédulas de crédito rural, em razão da superveniência de planos econômicos, os autores deveriam ter comprovado o pagamento dos títulos, mostrando-se indevida a inversão do ônus probatório com base no

art. 6º, VIII, do CDC;

b) o CDC não pode ser aplicado a causa cujo fundamento seja fato ocorrido em 30/04/1990, antes da vigência desse diploma; e

c) o débito exequendo não pode ser calculado por meros cálculos aritméticos, sendo necessária a realização de perícia.

Admitido o apelo, os autos subiram ao exame do STJ.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. A tese segundo a qual o CDC seria inaplicável à espécie, pois editado após a ocorrência dos fatos que dão suporte à demanda, não foi debatida na origem, não obstante a sua provocação por meio dos segundos embargos declaratórios (fls. 347/356). Assim, como a parte deixou de alegar, **fundamentadamente**, possível ofensa ao art. 1.022 do NCPC, resta incidente ao caso o óbice da Súmula 211/STJ.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REAVALIAÇÃO DO IMÓVEL APÓS A ADJUDICAÇÃO. NÃO CABIMENTO. QUESTÃO PRECLUSA. PRECEDENTES. SÚMULA Nº 83/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "em qualquer das hipóteses previstas nos incisos do artigo 683 do Diploma Adjetivo Civil, o pedido de reavaliação do bem penhorado deverá se dar antes da sua adjudicação ou alienação. Tendo, in casu, o pleito sido requerido quando já ultimado o ato expropriatório (após a arrematação) não há como afastar a sua preclusão" (REsp 1.014.705/MS, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/8/2010, DJe de 14/9/2010). Incidência da Súmula nº 83/STJ.

3. **Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial, ainda que opostos os embargos de declaração, incidente o enunciado nº 211, da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.**

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1397272/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 14/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LEI N. 11.232/2005. EXECUÇÃO INICIADA NA VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR SEM A CITAÇÃO DO EXECUTADO. APLICAÇÃO DA NOVA LEGISLAÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. "(...) com a entrada em vigor da Lei nº 11.232/2005, quando ainda em curso processo de execução sob o regime da lei anterior, sem que tenha ocorrido a citação do devedor, pode o credor requerer, por simples petição, que o magistrado adote o novel procedimento - com a incidência da multa

do art. 475-J do CPC -, ou este, de ofício, deve converter a ação de execução em cumprimento de sentença, adotando, para tanto, o novo ordenamento" (REsp 993.738/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2011, DJe 13/02/2012).

**2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem enfrentamento do tema pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 211 do STJ.**

3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

4. No caso concreto, para alterar a conclusão do Tribunal de origem de que não houve desídia do credor, seria necessário nova análise da matéria fática, inviável em recurso especial.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1567668/MT, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 10/12/2018, DJe 17/12/2018)

**2.** Diante do debate quanto à instrução da ação de execução individual de sentença coletiva, o Tribunal de origem decidiu que a juntada aos autos da cédula de crédito rural, cujo saldo teria sido subdimensionado pela instituição financeira com a sucessão dos planos econômicos, seria suficiente para o processamento da demanda, exigindo da parte executada, com base no art. 6º do CDC, a prova do inadimplemento do título referido.

Eis a propósito trecho do aresto impugnado (fl. 323):

3 - Quanto à necessidade de comprovação do pagamento da cédula rural, desde que apresentada a cédula rural ou outro documento que comprove o financiamento agrícola na época pertinente (contratação, anterior a março de 1990, de cédula não vencida ou de parcelas de cédula não vencidas até março de 1990), deve ser dado prosseguimento ao feito executivo, independentemente de apresentação pelo exequente de prova de quitação da dívida ou da demonstração da evolução do contrato.

Nesse caso, será possível a inversão do ônus da prova, cabendo ao executado alegar e provar que não houve o pagamento das cédulas de crédito e prestar demais informações pertinentes ao caso, na medida em que aplicáveis, às instituições financeiras, as disposições do Código de Defesa do Consumidor, bem como em consonância, inclusive, com o princípio da cooperação, previsto no artigo 6º do nCPC.

Como se vê, reformar essa conclusão demandaria o reexame de provas dos autos, sobretudo para verificar se as já juntadas ao processo formariam juízo válido de verossimilhança das alegações da parte exequente. Incidente, nesse ponto, o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO DEMANDADO. 1. O juízo negativo de admissibilidade veiculado na origem não vincula esta Corte Superior por se submeter ao duplo controle. Precedentes.

2. A pretensão recursal encontra óbice no enunciado da Súmula 7 desta Corte Superior, porquanto **rever os elementos que dão suporte à responsabilidade civil e os requisitos para aplicação da inversão do ônus da prova demandaria o reexame do contexto fático-probatório existente nos autos.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1218351/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, **QUARTA TURMA**, julgado em 11/12/2018, DJe 19/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. AÇÃO SECURITÁRIA. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AFASTAMENTO. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte de Justiça, a inversão do ônus da prova é realizada a critério do juiz mediante a verificação da verossimilhança das alegações da parte, de sua hipossuficiência ou da maior facilidade na obtenção da prova, **requisitos cuja apreciação implica análise do acervo fático-probatório dos autos, providência vedada na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1272703/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, **QUARTA TURMA**, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

Fica mantida a conclusão do acórdão, nesse ponto.

**3.** Em sede de recurso especial, o STJ não pode reexaminar as provas dos autos, notadamente para aferir se o cálculo do valor exequendo pode ser realizado por simples cálculo aritmético ou se é necessária prova pericial. Incidente o óbice da Súmula 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO DE COBRANÇA DE COTAS CONDOMINIAIS. **CÁLCULOS APRESENTADOS PELO CREDOR. NECESSIDADE DE ENVIO AO CONTADOR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.** NECESSIDADE DE GARANTIA DO JUÍZO PARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 83/STJ.

1. A possibilidade de apresentação de cálculos pelo credor e a necessidade de envio dos autos ao contador, contrariamente à conclusão do acórdão recorrido, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

2. A jurisprudência desta Corte entende "ser a garantia do juízo pressuposto para o oferecimento da impugnação ao cumprimento de sentença, a teor do disposto no art. 475-J, § 1º, do CPC/73" (AgRg no AREsp 842.066/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 24.3.2017).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt nos EDcl no REsp 1507924/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, **QUARTA TURMA**, julgado em 06/03/2018, DJe 19/03/2018)

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. EXPURGOS

INFLACIONÁRIOS. SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO PARA APURAÇÃO DO VALOR INDIVIDUALMENTE DEVIDO A CADA UM DOS BENEFICIADOS. ALTERAÇÃO DO JULGADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Tendo o Tribunal de origem afirmado ser suficiente a mera realização de cálculos aritméticos para apuração do valor individualmente devido a cada um dos beneficiados, não é possível afirmar pela necessidade de liquidação por arbitramento sem revisar fatos e provas. Incide, assim, a Súmula nº 7 do STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 712.851/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 09/11/2016)

Resta mantido, assim, o aresto recorrido, também nesse ponto.

4. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator